



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Departamento de Comunicação

Largo Luís de Camões 2800 - 158 Almada

www.m-almada.pt

Nota de Imprensa

Audição na Comissão de Economia e Obras Públicas Contestação ao terminal de contentores da Trafaria na Assembleia da República

Os primeiros signatários da petição “Não ao mega terminal de contentores na Trafaria” foram ouvidos ontem à tarde, 14 de novembro, na Comissão de Economia e Obras Públicas da Assembleia da República.

A audição resultou da entrega, no passado dia 9 de abril, de uma petição com mais de seis mil assinaturas, exigindo o «abandono da intenção de construção de um terminal de contentores na vila da Trafaria», e defendendo os «dois projetos estratégicos para o concelho de Almada – um na Costa da Caparica e o outro no Arco Ribeirinho Sul – geradores de dezenas de milhares de novos postos de trabalho».

Na Assembleia da República estiveram presentes o atual presidente da Câmara Municipal de Almada (CMA), Joaquim Judas, o presidente da Assembleia Municipal de Almada, José Manuel Maia, e a ex-presidente da CMA, Maria Emília de Sousa. Participaram igualmente vários vereadores da Câmara Municipal, ex-presidentes de junta (em funções à data da entrega da petição) e presidentes das uniões de freguesias do concelho.

Nos esclarecimentos que prestou aos deputados, Maria Emília de Sousa, primeira signatária da petição, alertou para o grave crime ambiental de “lesa pátria”, que poderá acontecer se este projeto for avante, já que se trata de uma zona de grande riqueza ambiental. «A natureza não se deslocaliza», referiu a ex-presidente da CMA.

Além disso, destacou o facto de estas intenções do Governo contrariarem a estratégia de desenvolvimento definida para o concelho e, nomeadamente, para a zona da Costa da Caparica - Trafaria, que aposta essencialmente no turismo.

Por sua vez, o presidente da CMA referiu não ser aceitável que esta ameaça paire sobre a vida dos almadenses, exigindo que seja dada a oportunidade ao Município de prosseguir com o desenvolvimento sustentado do território.

A petição será agora debatida em plenário da Assembleia da República, em data a definir.

Almada, 15 de novembro de 2013

Câmara Municipal de Almada